



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

166

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo nº 202799-4/01 - Recife (3ª Vara Cível)

Recorrente: Banco Santander (Brasil) S/A

Recorrido: Hélio Teixeira Vilela

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

R
3469

EMENTA. RECURSO DE AGRAVO. AÇÃO DE COBRANÇA. EXIBIÇÃO DE EXTRATOS BANCÁRIOS. CADERNETA DE POUPANÇA. PLANOS ECONÔMICOS. MULTA COMINATÓRIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROVIMENTO PARCIAL PELO RELATOR. AFASTAMENTO DA MULTA. MATÉRIA DECIDIDA NOS TRIBUNAIS. RECURSO DE AGRAVO. IMPROVIMENTO. DECISÃO UNÂNIME. A jurisprudência deste TJPE tem se posicionado no sentido de que demonstrada a relação de consumo, a existência de vulnerabilidade na relação contratual e a necessidade da juntada dos extratos bancários para o deslinde da demanda (cobrança de quantia referente a rendimento de conta-poupança à época dos planos econômicos), justifica-se a exibição pelo banco recorrente.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a QUINTA CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso interposto, na conformidade do incluso voto, que passa a integrar este julgado.

Recife, 20 de janeiro de 2010


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

167

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo nº 202799-4/01 - Recife (3ª Vara Cível)

Recorrente: Banco Santander (Brasil) S/A

Recorrido: Hélio Teixeira Vilela

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

RELATÓRIO

Decisão recorrida às fls.38/40(Agravo de Instrumento nº 202799-4).

No primeiro grau foi proferida decisão interlocutória em *Ação de Cobrança*, proposta por **Hélio Teixeira Vilela** contra o **Banco Santander (Brasil) S/A**, obrigando o Banco réu a exibir extratos analíticos de conta poupança do autor no período dos Planos Econômicos, sob pena de multa cominatória.

O Banco/réu interpôs agravo de instrumento, à qual dei provimento parcial através da terminativa de fls. 38/40, tão somente para sustar a aplicação da multa diária imposta na decisão impugnada.

Contra a decisão de minha lavra, o réu interpôs o presente recurso de agravo, objetivando o seu total provimento para o fim de reformar a decisão recorrida e dar provimento ao agravo de instrumento. Para tanto, repetiu os fundamentos já declinados nas razões do instrumental.

Não convencido de mudança no entendimento anteriormente esposado, submeto o feito à Colenda 5ª Câmara Cível.

É o relatório.

Recife, 20 de janeiro de 2010.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

168

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo nº 202799-4/01 - Recife (3ª Vara Cível)

Recorrente: Banco Santander (Brasil) S/A

Recorrido: Hélio Teixeira Vilela

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

VOTO

Na parte que interessa, a decisão agravada está vazada nos seguintes termos: (fls.38/40 do Agravo de Instrumento).

"Não resta dúvida da aplicação das normas consumeristas em se tratando das relações contratuais bancárias. (Nesse sentido: REsp 264083/RS, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 29.05.2001, DJ 20.08.2001, p. 473; AgRg no REsp 138.030/SP, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 29.06.2006, DJ 04.09.2006 p. 272) Em que pese os argumentos trazidos pelo agravante sobre sua desobrigação em exhibir os extratos bancários definidos na decisão agravada, esta Quinta Câmara tem entendido que por se tratar de relação de consumo e, portanto, existindo uma parte mais vulnerável na demanda (correntista), há de ser concedida a exibição pleiteada pela agravada. Acrescento que, recentemente, presidi sessão de julgamento da 3ª Câmara Cível na qual se discutiu o tema (exibição de extratos bancários), tendo, na oportunidade, assim se pronunciado o colegiado: "EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DO PERICULUM IN MORA E DO FUMUS BONI IURIS NO PRESENTE REGIMENTAL. SUSPENSÃO DA APRESENTAÇÃO DOS EXTRATOS BANCÁRIOS REQUISITADOS. IMPOSSIBILIDADE. PROVAS CABAIS PARA A RESOLUÇÃO DA LIDE ORIGINÁRIA. INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS A CONCESSÃO DA LIMINAR NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. - Os requisitos autorizadores do efeito suspensivo não estavam presentes no Agravo de Instrumento, e também não foram apresentados no presente Agravo Regimental, portanto não há como se modificar a decisão prolatada anteriormente; - Os extratos bancários requisitados pela agravada são entendidos como indispensáveis para a resolução da celeuma originária, não podendo ser desconsiderados para a justa resolução da lide; - Agravo regimental improvido. Decisão unânime." (AgR nº 158742-2/01, Rel. Des. Sílvio de Arruda Beltrão, 3ª Câmara Cível, julgado em 08/11/2007) (Destaquei) No mesmo sentido, as decisões terminativas nos agravos de instrumento nos: 161632-6 e 161635-7, Rel. Des. José Fernandes de Lemos, 5ª Câmara Cível; Agl nº 122691-7, Rel. Des. Leopoldo de Arruda Raposo, 5ª Câmara Cível; 163499-9, Rel. Des. Eduardo Augusto Paurá Peres; 6ª Câmara Cível, 163022-8, Rel. Des. Fernando Martins, 6ª Câmara Cível; todas (decisões) respaldadas em precedentes deste TJPE e do STJ."



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

169

Alega o agravante que não é parte legítima do processo e que não há indícios de prova material da relação jurídica alegada pela recorrida.

A matéria tratada neste recurso de agravo não foi objeto da decisão atacada, não cabendo a esta instância, neste momento, analisar tal questão, a qual deve ser suscitada no Juízo de origem.

Afirma, em um segundo momento, que as instituições financeiras não tem obrigação de guardar os extratos bancários dos seus clientes por mais de 20 anos.

Com efeito, não há ato normativo que obrigue as instituições financeiras de armazenar os extratos de seus correntistas por tanto tempo. Contudo, em decorrência do prazo prescricional para exigir a reparação do dano ser vintenária, espera-se que se mantenha os cadastros de seus clientes neste período.

Não observo, por ocasião do julgamento deste recurso de agravo, qualquer outra alegação que possa modificar o entendimento esposado na decisão combatida, posto que o recorrente tratou apenas de repetir os argumentos por ele formulados nas razões do agravo de instrumento.

Ante o exposto, voto no sentido de **negar provimento** ao recurso, mantendo integralmente a decisão recorrida, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

É como voto.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator